

SOBRE A AVENTURA DE TENTAR ELABORAR UM REPOSITÓRIO DIGITAL DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS E CHEGAR A UM LABORATÓRIO DE INTELIGÊNCIAS COLETIVAS

**ABOUT THE ADVENTURE OF TRYING TO CREATE A DIGITAL REPOSITORY OF
PEDAGOGICAL PRODUCTS AND ARRIVING AT A COLLECTIVE INTELLIGENCE
LABORATORY**

*Rafael Mello Barbosa¹
João André Fernandes da Silva²*

Resumo:

Faz alguns anos que os docentes do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino se empenham em pensar e criar algo como um repositório de produtos pedagógicos, ao menos essa era a meta inicial. No entanto, o processo mesmo nos conduziu para outro destino. O objetivo deste artigo é ensaiar uma resposta à pergunta pela origem do Laboratório de Inteligências Coletivas, que é uma plataforma digital de curadoria de produtos educacionais para o ensino de filosofia, para a educação em relações étnico-raciais e direitos humanos, que são temas transversais e obrigatórios. Mostraremos que esta plataforma digital que inicialmente fora denominada de repositório decorre naturalmente dos princípios, estrutura e funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino do CEFET-RJ, de modo que fiquem claras as motivações que nos conduziram a tentar realizar essa tarefa e as necessidades que nos fizeram chegar ao formato atual. Para terminar, gostaríamos de enfatizar que esse artigo também é um convite à comunidade, aos pesquisadores do campo do Ensino de Filosofia e aos professores elaboradores de produtos pedagógicos para participarem ativamente dessa plataforma.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Produtos Educacionais; Repositório.

Abstract:

For some years now, the professors of the Postgraduate Program in Philosophy and Teaching have been committed to thinking and creating something like a repository of pedagogical products, at least that was the initial goal. However, the process itself led us to another destination. The objective of this article is to rehearse an answer to the question about the origin of the Collective Intelligence Laboratory, which is a digital platform for curating educational products for teaching philosophy, for education in ethnic-racial relations and human rights, which are cross-cutting themes and mandatory. We will show that this digital platform, which was initially called a repository, naturally follows from the principles, structure and functioning of the Postgraduate Program in Philosophy and Teaching at CEFET-RJ, so that the motivations that led us to try to carry out this task become clear and the needs that made us reach our current format. Finally, we would like to emphasize that this article is also an invitation to the community, researchers in the field of Philosophy Teaching and teachers who develop pedagogical products to actively participate in this platform.

Keywords: Teaching Philosophy; Educational Products; Repository.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Ensino Básico Integrado e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) do CEFET/RJ. E-mail: rafael.barbosa@cefet-rj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1288051940635039>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4063-2825>

² Doutorando em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Ensino Básico Integrado e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) do CEFET/RJ. E-mail: joao.andre@cefet-rj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8331673804346310>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5120-9203>

Da origem e necessidade do Laboratório de Inteligências Coletivas (LIC)

Este texto é um desdobramento do que foi apresentado no encontro do GT-Filosofar e Ensinar a Filosofar que ocorreu na Universidade Federal de Santa Maria-RS, em agosto de 2023. Após a apresentação, muitas questões interessantes foram colocadas. Nesta exposição, vamos privilegiar a *questão da origem e necessidade* do Laboratório de Inteligências Coletivas (LIC), oferecendo uma resposta à pergunta “De onde surgiu a ideia de se fazer um Repositório?”³

O interessante é que para nós, que estamos imersos no processo, essa ideia surgiu naturalmente das exigências do funcionamento do PPFEN. O objetivo do artigo é ensaiar uma resposta a essa questão no contexto do Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino do CEFET-RJ/PPFEN. Enumeramos os seguintes passos para responder às exigências colocadas pela questão:

- 1- A necessária articulação entre teoria e prática na elaboração de produtos didáticos para atividade docente;
- 2- A articulação dentro do programa de princípios, linha de pesquisa, projeto e disciplina que demandam a elaboração e a avaliação de produtos educacionais;
- 3- A necessidade de criação de uma plataforma que respeitasse os princípios e exigências da área de ensino de filosofia.

Histórico do PPFEN

Antes de abordar o que é o Laboratório de Inteligências Coletivas (LIC), será importante contextualizar o ambiente em que ele foi gestado e alguns eventos que o precederam, pois conferem sentido e razão de ser àquilo que buscamos fazer sob o abrigo disso que, agora, denominamos de Laboratório.

O CEFET-RJ a mais de uma década, na ocasião das primeiras expansões do ensino de filosofia em função da sua obrigatoriedade no Ensino Médio, abriu-se como um espaço propício para a reunião de professores (do CEFET-RJ e de outras instituições⁴) em grupos de discussão e de elaboração de pesquisas e práticas sobre as questões que envolvem a filosofia e o seu ensino. Isso aconteceu em razão das condições de trabalho docente, do incentivo da Direção Geral do CEFET-RJ à atuação docente nos diversos níveis de ensino (médio-técnico/integrado, graduação e pós-graduação) e da constante preocupação dos professores de filosofia em aprimorar suas aulas, sem desconsiderar as particularidades que envolvem o ensinar filosofia para os diversos níveis de ensino e espaços formativos.

Um dos grandes desafios para todo professor ou professora de filosofia que atua na educação básica, e para nós não foi diferente, consiste em elaborar estratégias de ensino-aprendizagem introdutórias para um público que, não necessariamente, seguirá uma carreira profissional nesta área, ainda que esse público possa ser tocado pela reflexão filosófica e faça disso algo constante em sua vida. Além disso, neste nível de ensino, a filosofia precisa fazer sentido ao lado de outras disciplinas da formação geral e profissionalizante, como é o caso do

³ Esta foi uma questão comum recebida durante a apresentação no referido evento e, sem dúvida, uma questão instigante.

⁴ Grupos informais de pesquisa e estudo acabaram por se formar com professores do CPEI, UNIRIO, UFRJ, PUC-RJ e UFRRJ.

CEFET-RJ. Por isso, julgamos necessário refletir sobre a noção de transmissão de conhecimento, percebendo que nela muita coisa está em jogo, a começar pelo plano de curso e de aula, o lugar do recorte do conteúdo nesses planos, passando pela perspectiva filosófica em que ele será abordado, pelo que se quer provocar evocando tais conteúdos, até chegar em uma fala mais ou menos elaborada para o auditório. E isso partindo de estratégias pedagógicas de reconhecimento desse auditório e que levem em conta situações que são um consenso para ele.

Do acúmulo de discussão dos grupos informais de pesquisa e de ensino surgiu a proposta posteriormente aprovada da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Filosofia com Ênfase na Prática Docente, da qual participaram professores do Colégio Pedro II e do IFRJ. Em 2013, ano de abertura dessa Pós-Graduação, não havia espaço formativo semelhante no Rio de Janeiro voltado para professores de filosofia, além disso, a filosofia começava a se estabelecer como disciplina no Ensino Médio⁵, incentivando e permitindo aos professores prosseguirem nos estudos ligados diretamente a sua prática. Mesmo sem investimento em divulgação e nenhuma tradição do CEFET/RJ na formação superior na área de filosofia, fomos surpreendidos com muito mais inscritos do que vagas.

Aprendemos algumas coisas com o processo de elaborar, aprovar e colocar em prática essa Pós-Graduação *Lato Sensu*. A primeira é que é preciso haver um caminho que conduza de volta à pesquisa e à reflexão, sobretudo aqueles professores e trabalhadores da educação que ficaram muitos anos envolvidos no turbilhão escolar ou aqueles que não tiveram acesso à pesquisa nos anos de formação. O processo formativo empreendido pela referida pós-graduação *lato sensu* prestava-se muito bem a isso por diversas razões, sendo a principal, o prosseguimento da pesquisa em mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, consolidando o ideal de um professor-pesquisador. Em segundo lugar, não são apenas os professores de filosofia que possuem interesse em realizar cursos como esse. Ainda que a maioria dos candidatos fossem professores de filosofia, foi curioso perceber o interesse de professores de diversas áreas que buscavam modos de pensar filosoficamente suas disciplinas e de ministrar seus conteúdos. Esses professores também se interessavam por questões propriamente filosóficas que, por vezes, não tinham relações diretas com as disciplinas ministradas, mas que foram percebidas como fundamentais para a sua atividade docente.

Da experiência com a *lato sensu* surgiu a necessidade de pensar em um programa de *stricto sensu*, pois, ao final da especialização, a grande maioria dos estudantes, cobrava a possibilidade de continuar seus estudos pensando em suas práticas e desenvolvendo pesquisas na área de Ensino de Filosofia, o que dificilmente aconteceria em outros programas.

Em 2014, tivemos a felicidade de ver a nossa proposta de APCN de Mestrado Profissional de Filosofia e Ensino aprovada pela CAPES. Diante da aprovação, a surpresa não foi pequena, primeiro porque a Área de Filosofia não reconhecia e ainda não reconhece propriamente o Ensino de Filosofia como subárea. Em segundo lugar, não havia ainda nenhuma experiência de Mestrado Profissional na Área de Filosofia, e experiências pioneiras podem não ser vistas com bons olhos,

⁵ A lei Nº 11.684, de 2 de junho de 2008 determinou a obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio. Não é possível dissociar todo o movimento de constituição do PPFEN dessa conjuntura nacional.

muito porque se confunde, geralmente, a nomenclatura “profissional” com “profissionalizante”. Nesse sentido, “profissionalizante” é concebido como um curso para a formação de professores que precisam passar por uma reciclagem, o que significa um caminho de mão única onde temos professores ensinando professores a ser professores. Quando pensamos o termo “profissional” no contexto de um “Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino” pensamos num espaço onde todos os professores estão ali para refletirem sobre o seu modo de ser docente e suas inserções na escola e no ensino de filosofia para além da escola. Não se trata de ensinar professores a ensinar, mas de criar uma experiência formativa em que professores se ressignifiquem e aprimorem suas práticas e processos de modo conjunto e coletivo. Em terceiro lugar, porque a maioria dos docentes do programa atuavam exclusivamente ou prioritariamente no Ensino Médio (e não no ensino superior), fato que acabou pesando positivamente na avaliação da CAPES para constituição e manutenção do PPFEN.

A aprovação dessa proposta não foi simples. Ela foi precedida de muita pesquisa conjunta e de muitas versões que foram aprimoradas até chegarmos ao modelo final. Certamente o último resultado deveu-se ao trabalho coletivo do que viria ser o corpo docente do curso. A elaboração da proposta foi o primeiro movimento de um longo percurso para a aprovação interna no CEFET/RJ. A proposta foi apresentada em muitas comissões e conselhos que fizeram inúmeras sugestões e exigências que fortaleceram a proposta. Acreditamos que uma das vantagens do modelo que apresentamos está na íntima associação da docência nos diversos níveis de ensino com a pesquisa e a extensão. De fato, a maior parte do corpo docente atua no ensino básico desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão com esse público. Os docentes que agora não atuam com este segmento, já atuaram por anos. Não há dúvida que esta experiência marca todo o corpo docente que tem na igualdade de inteligências e na valorização dos saberes derivados da prática docente, dois princípios basilares de sua atuação e do próprio Programa.

Da Estrutura do Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino

O Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino parte de uma proposição genuinamente filosófica, que se desdobra em suas linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e disciplinas. Se a filosofia é um saber que se envolve essencialmente com a busca de princípios fundamentais, então o professor de filosofia não pode descuidar de pensar, ele mesmo, nos princípios norteadores da sua atividade docente e como os realiza em suas ações. Descuidar disso conscientemente, seria lecionar filosofia de forma não filosófica.

É evidente que todos os professores pensam sobre o que vão ensinar em suas aulas, mas isso não é o mesmo que refletir sobre nossas práticas enquanto professores, sendo preciso, pelo menos, refletir sobre o modo como ensinamos, para quem ensinamos e, sobretudo, porque ensinamos e qual é o perfil de formação que desejamos para os egressos de nossos cursos. Sem desconsiderar, é claro, os processos avaliativos que permitem ver se estamos realizando a contento aquilo que nós havíamos proposto de forma contínua e não apenas uma única vez. Em função dessa necessidade para o docente, organiza-se a primeira linha de pesquisa do PPFEN que é intitulada “Teoria e Prática do Ensino de Filosofia”

Se o ensino de filosofia depende do sentido que eu confiro à filosofia, então, a pesquisa pelo ensino de filosofia está intimamente ligada à investigação do que seja a filosofia. Da mesma forma, é no âmbito da filosofia que a investigação sobre os sentidos de filosofia deve ser realizada. É também neste mesmo âmbito que a investigação sobre o ensino de filosofia se realiza. Por consequência, participar ativamente da formação de um futuro filósofo ou filósofa é igualmente uma atividade filosófica.

A realidade do docente na escola é bastante complexa, por isso é interessante compreender e poder lidar com múltiplas perspectivas que ampliem e potencializem o pensar e o agir no ambiente escolar. Essa ampliação não se esgota nas ciências da educação como poderia parecer *a priori*. Consideramos igualmente importante que os professores de filosofia possam ter contato com os saberes elaborados em outras disciplinas escolares e em outras ciências, permitindo repensar o modo como elaboramos nossos saberes, nos mantendo em diálogo transdisciplinar com a escola. Por considerar esse diálogo interdisciplinar imprescindível, o programa dispõe da segunda linha de pesquisa, intitulada “Questões Políticas, Sociais e Culturais no Ensino de Filosofia”.

Na terceira linha de pesquisa, intitulada “Percurso Temático para o Ensino de Filosofia”, busca-se o tratamento adequado de problemas e autores de diversas tradições e de diversos campos da filosofia. Não parece cabível que o professor de filosofia descuide de suas pesquisas concernentes à filosofia em geral. Embora as questões relativas ao ensino sejam absolutamente importantes para todo professor, não é por isso que devemos deixar de nos perguntar, por exemplo, pelo sentido da realidade, da arte ou do conhecimento, entre outras questões fundamentais e urgentes. Ao contrário, para o professor de filosofia, torna-se imperioso tanto conduzir-se às questões que atravessam todos quanto posicionar-se diante delas.

Projetos de pesquisa e disciplinas

A apresentação das linhas de pesquisa é importante para esboçar a estrutura do programa para quem ainda não o conhece. No entanto, no que concerne aos projetos de pesquisa, voltaremos nossas palavras para os da primeira linha, em função do objetivo do artigo e das suas limitações⁶.

A primeira linha está estruturada em três projetos de pesquisa, cujos nomes os identificam de forma precisa. No primeiro projeto de pesquisa “Arte, Filosofia e Ensino” os professores Eduardo Gatto e Luís César Fernandes, em conjunto com estudantes, investigam, com especial atenção para a música e a poesia, os inúmeros desdobramentos das diversas artes com a filosofia e com seu ensino, tanto no que concerne às questões formais quanto às de conteúdo. O segundo projeto de pesquisa é dedicado a “Teoria e História do Ensino de Filosofia” e é composto pelos professores Edgar Lyra, Felipe Pinto, Filipe Ceppas, Marcelo Guimarães e Renato Nogueira. Aqui desenvolvem-se pesquisas diversificadas que percorrem caminhos que vão da retórica à antropofagia, do sentido de filosofia ao sentido de produto técnico-tecnológico para a área, da filosofia com crianças à filosofia africana, sempre considerando o contexto brasileiro atual, as estruturas legais e seu desenvolvimento histórico.

⁶ Para os interessados em conhecer mais sobre o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, acesse: <https://dippg.cefet-rj.br/ppfen/index.php/pt/>.

O terceiro projeto de pesquisa é intitulado “Avaliação e Elaboração de Material Didático em Ensino de Filosofia” e deles participam os professores João André Fernandes, Rafael Barbosa, Roberto Zarco e a professora Taís Pereira e, de modo informal, o professor Felipe Pinto. A esse projeto estão associadas três disciplinas intituladas Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais I, II e III. Neste projeto de pesquisa e nessas disciplinas investigamos princípios e o sentido de inúmeros conceitos que nos são caros, como “filosofia”, “ensino de filosofia” bem como “material didático”, “produtos pedagógicos ou educacionais”, uma vez que a produção e a avaliação desses recursos, estratégias e práticas não podem prescindir de uma fundamentação filosófica. Buscamos igualmente pensar os principais materiais didáticos e os produtos pedagógicos desenvolvidos pelo programa e pela área. Neste projeto também vislumbramos a elaboração e a experimentação de novos materiais refletindo e avaliando continuamente essas elaborações. É importante ressaltar aqui que o CEFET-RJ funciona como um grande laboratório de ensino onde podemos experimentar⁷ nossas pesquisas. Com isso espera-se criar condições para o bom desenvolvimento de materiais didáticos e produtos pedagógicos por parte dos docentes e discentes.

O LIC deve grande parte do seu desenvolvimento às disciplinas de Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais constituindo-se um produto pedagógico especial pois estimula a criação de outros produtos pedagógicos, além de propor sua avaliação e certificação. Essas disciplinas oferecem aos docentes a oportunidade de trabalharem com discentes que são igualmente professores e professoras de filosofia, o que permite verdadeiramente o trabalho coletivo. Juntos, pensamos nos objetivos, nos princípios, no formato, no funcionamento, na estrutura, nas tipologias, no processo de certificação etc.

Para ser justo, é preciso ainda acrescentar alguns agentes que participaram da elaboração do LIC. Além dos docentes e discentes das disciplinas de Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais, grande parte do corpo docente participou e participa ativamente da elaboração do LIC. Merecem destaque também, nessa elaboração, os residentes pedagógicos da UNIRIO 2023-2024 e igualmente as estudantes de extensão do Ensino Médio do CEFET ligadas a esse projeto. Devemos um agradecimento especial ao Ricardo Valença, desenvolvedor do projeto que o tornou materialmente possível e à FAPERJ pelo financiamento.

O lugar do produto educacional no PPFEN

As disciplinas de Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais⁸ cumprem uma função precisa no programa: auxiliar os estudantes no desenvolvimento de materiais didáticos que eles deverão elaborar durante seu percurso. As normas do programa são claras indicando que o estudante, para obter

⁷ Preferimos o termo experimentação ao termo aplicação em função de seu uso mais abrangente, permitindo um maior distanciamento da perspectiva positivista que percebe o estudante como um simples objeto.

⁸ Existe uma discussão terminológica em aberto a respeito do melhor nome para qualificar esses produtos. Embora seja uma discussão complexa, seguimos aqui a terminologia utilizada nas normas do PPFEN, a saber: produtos didáticos referem-se ao trabalho final que acompanha a dissertação (e é voltado exclusivamente para a sala de aula) e produtos pedagógicos ou educacionais, para o conjunto mais amplo dos produtos especificados nas tipologias do LIC. Dessa forma, o produto didático seria um subgrupo do produto educacional.

o grau de Mestre em Filosofia e Ensino, deverá, entre outras coisas, elaborar e defender uma dissertação e um produto didático correlativo.

Essa peculiaridade do PPFEN não é aleatória, nem existe para atribuir, gratuitamente, mais uma exigência para formação. Ela é derivada do modo como o seu corpo docente trabalha e como julga interessante trabalhar. Constitui mesmo um princípio norteador do programa a compreensão que professores de filosofia devem ter autonomia e preparo para elaborarem seus próprios materiais didáticos, expressando a marca e o estilo de quem os elaborou. Em consequência, é possível entrever que elaborar produtos didáticos, pedagógicos ou educacionais constitui uma autêntica experiência de ser docente e de docência que cria marcas e raízes profundas em função do compromisso com o que fazemos e com a liberdade de se fazer.

É importante marcar que o apoio em termos de fomentos para a pesquisa e para extensão, por parte da Rede Federal, permite estabelecer laços contínuos (de um a três anos) com estudantes do Ensino Médio, fazendo da vida escolar um grande laboratório para elaboração de teorias, processos e produtos educacionais.

Em função da importância que o corpo docente e o programa dão à elaboração de produtos pedagógicos ou educacionais é requerido aos discentes, em suas defesas, a dissertação e o produto didático. Diferentemente das dissertações, nos produtos didáticos os estudantes podem extrapolar os limites de um trabalho de mestrado e pensar com maior propriedade em discursos que são destinados para outro público que não o de uma banca de doutores.

Essa é a fórmula estruturante dos trabalhos finais do PPFEN, a saber: uma dissertação que demanda e é seguida de um produto didático ou um produto didático que demanda e é precedido de uma dissertação. Ao primeiro olhar é possível não ver muita diferença, mas uma análise acurada na maneira como as pesquisas se desenvolvem, mostra que dependendo da centralidade que se dá ao produto ou à dissertação, aquela distinção, mesmo que tênue, passa a fazer sentido. Em outras palavras, o discente pode ter uma questão teórica bem delimitada que vai exigir esforço para ser experimentada em sala de aula gerando frutos didáticos ou, em sentido inverso, o discente tem uma prática e materiais didáticos já experimentados que demandam uma pesquisa e uma fundamentação teórica mais rigorosa para transformarem-se em produtos didáticos que possam ser registrados, qualificados e replicados. Contudo, nos dois casos, temos um produto didático elaborado em função de pesquisa aprofundada (tanto em filosofia em geral, quanto em ensino de filosofia), avaliado em três etapas (pré-qualificação⁹, qualificação e defesa) por uma banca tríplice de doutores, sendo um deles externo ao programa. Elaborar produtos didáticos em conjunto com pesquisas aprofundadas é um dos objetivos centrais do PPFEN.

É de se esperar que produtos gestados em tais condições por professores e professoras absolutamente comprometidos com a docência, como acontece entre os discentes do programa, gerem produtos interessantes, profundos e adequados. Muitos desses produtos são o desenvolvimento de materiais didáticos e práticas pedagógicas que eram construídos e experimentados solitariamente, revelando mais uma consequência positiva do programa: a pesquisa e o trabalho colaborativo.

⁹ Existe no programa um expediente de acolhimento e de orientação coletiva. A pré-qualificação é um evento que ocorre com mais ou menos seis meses depois da entrada no programa. Os ingressantes apresentam seus projetos de pesquisa e produto didático para todos os docentes e discentes do programa, tendo a oportunidade de ouvir suas considerações e questões.

Um exemplo de Produto Didático defendido no âmbito do PPFEN

Não é uma tarefa fácil escolher entre os produtos didáticos defendidos no PPFEN. A verdade é que a única seleção efetivamente representativa seria a completa, com todos os produtos, dada a variedade das elaborações pedagógicas. Esperamos que os autores não citados entendam a brevidade deste espaço discursivo e se sintam representados pelo escolhido.

O produto que gostaríamos de mencionar foi elaborado pela pesquisadora Angélica Lino Paiva, em 2016, intitulado “Aprendendo a Escrever e Ensinando a Filosofar”. O título já provoca questões instigantes. É possível pensar num processo de alfabetização que seja igualmente um processo filosófico? O que se ganharia em aliar esses dois processos? Como realizá-los conjuntamente de modo eficaz? Por que tipo de transformação passaria a educação e a cidadania brasileira se esse fosse um projeto nacional, isto é, se a ênfase estivesse na formação do ser humano integral, no lugar da formação enquanto “trabalhador”?

A referida autora elaborou um roteiro de oficinas que embasou aquelas oferecidas na Escola Municipal Raul Pompéia, localizada na região de Angra dos Reis-RJ, onde encontrou condições para elaborar, realizar, avaliar e aprimorar o que foi apresentado e defendido como uma cartilha, compreendida como um “caderno de iniciação filosófica” (Lino, 2016, p. 76). A pesquisadora não ofereceu um, nem dois, mas três produtos didáticos: a cartilha, o roteiro de oficinas e as próprias oficinas. Este exemplo nos leva a pensar que alguns processos didáticos e pedagógicos precisam de uma reelaboração em função de seu tipo e do contexto de sua experimentação. É o caso das oficinas realizadas, elas passaram por uma adaptação para adequar-se ao formato digital e replicável, como são, por exemplo, o roteiro das oficinas e a cartilha. Muitos professores elaboram frequentemente inúmeros processos similares, mas sem visar a divulgação. Neste sentido, faz-se importante a indução e o apoio para a transformação desses processos em produtos que possam ser registrados e replicados.

O “caderno de iniciação filosófica” desenvolvido por Angélica Paiva procura criar caminhos para a alfabetização de adultos partindo, desdobrando, analisando e resignificando o conceito filosófico fundamental de felicidade. As oficinas foram elaboradas pensando em músicas que sensibilizem e permitam a elaboração de problemas e questões. As principais palavras que surgiam nesse momento foram tomadas para análise e estudo, com a preocupação inicial de começar com palavras mais simples. Após o estudo das palavras, seguia-se para uma discussão conceitual baseada na dialética da Escola de Frankfurt, momento em que se trabalhava a perspectiva desses e de outros filósofos concernente à felicidade.

Esse é um processo que talvez não caiba ser realizado com crianças em período de alfabetização, mas mostra-se muito oportuno para adultos que voltam a estudar. A volta ao estudo muitas vezes adiciona uma dupla jornada ao tempo laboral de cada estudante, tempo que é cada vez mais escasso. Por isso, aqueles que empreendem esse esforço, o fazem por considerar que dessa forma serão mais felizes, seja por conseguir adentrar o mundo das letras, seja por obter conhecimento e titulação que os permitam galgar novos postos de trabalho. Tornar clara essa relação do estudo, da alfabetização com a felicidade, produz empenho no estudante por valorizar o processo educativo no âmbito macro da vida humana,

permitindo que ele se perceba como agente do seu processo educativo, conduzindo a uma reflexão contínua de si mesmo.

Da necessidade de criação de um repositório e das mudanças no percurso

Ninguém ficaria impassível diante de produtos pedagógicos tão ricos, feitos com tanto esmero e diante de tantas dificuldades, indo diretamente para as prateleiras empoeiradas das bibliotecas, quando, em realidade, deveriam estar disponíveis para todos os professores de filosofia do Rio de Janeiro e do Brasil. Quem não pensaria em um espaço para divulgá-los, frente a qualidade e o contingente de produtos pedagógicos elaborados pelos programas, que contrasta com a pouca capilaridade e impacto que eles acabam tendo, pois dificilmente chegam às inúmeras salas de aula do país, apesar dos esforços feitos para tanto.

Uma vez que não encontramos ambientes adequados que pudessem permitir uma efetiva divulgação dos produtos pedagógicos do programa, fomos levados a pensar em uma plataforma que nos atendesse¹⁰. Algo que parece bastante importante desse momento inicial é que essa plataforma estaria destinada a manifestar alguns valores que são defendidos pelo programa, como a democracia, a liberdade de cátedra, as igualdades de gênero, étnico-raciais, de orientação sexual e socioeconômica, além da igualdade de inteligências. Em função desses princípios, sempre nos pareceu bastante óbvio que o que estávamos criando deveria estar em sintonia com aquilo que é produzido no chão da escola pelos(as) professores(as) e aberto para todos(as) os(as) professores(as) e pesquisadores(as) que lidam com a filosofia e seu ensino, excluindo aqueles trabalhos que não correspondem à legislação vigente, como por exemplo, os que cometem plágio, os que ferem os direitos humanos, ou os que usam palavras ou recursos impróprios para o público alvo.

A ideia de um referatório¹¹, isto é, um depósito de *links*, nunca nos pareceu muito interessante, pois não bastava ser um espaço de localização, era preciso também ser um espaço de armazenamento. A ideia de um repositório também não se sustentou por muito tempo, pois, era fundamental fazer a seleção desses materiais, o resguardo deles em conformidade com as informações solicitadas e percebidas como relevantes, além do que, era necessário fazer a captação deles e sua divulgação. Essas ações implicam uma postura ativa de curadoria de produtos pedagógicos que se distingue de uma noção simples de repositório.

Também não tardou a ficar claro que esse projeto poderia e deveria contribuir para responder a uma demanda da Área e da própria Capes¹², promovendo a criação de instrumentos e critérios de avaliação dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs). No nosso caso, realizamos isso no contexto da reflexão sobre os produtos didáticos ou educacionais. Buscamos a criação de uma

¹⁰ Ainda que exista o EDUCAPES que é um Repositório de Recursos Educacionais Abertos elaborado pela CAPES, ele não se mostrou adequado como solução para os problemas levantados, pois não contemplava as especificidades do ensino de filosofia.

¹¹ Cf.: <https://ead.ouropreto.ifmg.edu.br/referatorio/>. Acesso em: 01 mai. 2024.

¹² Essa ideia foi apresentada originalmente pelos professores Taís Pereira da Silva e Felipe Gonçalves Pinto na Coluna ANPOF de 08/10/2021, espelhando suas pesquisas anteriormente divulgadas no PPFEN. Os mesmos professores publicaram em 2019 o artigo: Produtos Educacionais de Filosofia: a Produção do Mestrado Profissional e seu Contexto, na revista: O Que Nos Faz Pensar, da PUC-RIO. Neste artigo, pela primeira vez, se esboça uma metodologia a partir da qual se organiza uma tipologia dos produtos didáticos tendo em vista aqueles que foram defendidos no PPFEN.

plataforma para área de filosofia, especialmente para o campo do ensino de filosofia, tendo em vista a determinação da Capes de valorizar e instituir estratificação de todas as atividades realizadas por docentes e discentes de programas de pós-graduação, sobretudo os PTTs, em função de seus impactos na sociedade.

Em vista da demanda da CAPES, em lugar de excluir proponentes e usuários desses produtos em função da necessidade de uma avaliação mais rigorosa, pareceu mais indicado manter o princípio democrático aceitando todas as propostas legalmente válidas e incluir a possibilidade de certificação (e a visibilidade desse selo) para aqueles produtos cujos autores julguem interessante a submissão ao processo de análise cega por pares. Neste processo, dois avaliadores com experiência na área apresentam seu parecer e sua análise desconhecendo o autor do produto. Em caso de discordância no resultado, um terceiro avaliador é convocado para a análise sob as mesmas condições. Enfim, de um repositório simples, passamos a um espaço de armazenamento, curadoria e certificação.

Com isso, espera-se que professores das mais distantes regiões do Brasil, possam ter acesso às produções pedagógicas de seus colegas quando estiverem planejando suas aulas. Não para usarem inadvertidamente, mas para adaptá-las à sua realidade de professor-pesquisador, à região, à escola e aos estudantes. Espera-se que esse uso adaptado gere um novo produto pedagógico submetido à plataforma e alimente o diálogo entre as partes. Acreditamos que, em pleno funcionamento, essa ferramenta permita o diálogo entre professores de filosofia de todo o país, contribuindo para a consolidação do debate e a produção concernente ao ensino de filosofia.

Essa plataforma mais complexa deixa de ser um repositório? Não, mas não se esgota nisso. É uma plataforma de armazenamento, curadoria, valorização, divulgação do saber escolar e dos produtos elaborados por professores, de certificação desses produtos, de trabalho coletivo e discussão entre professores. Depois do nome repositório, chegamos a pensar em outro nome: Livro Didático Público do Ensino de Filosofia. Esse nome perdurou por alguns anos, ainda que não fosse propriamente um único livro, sendo um projeto de cunho didático e público. No entanto, quando finalizamos a tipologia dos produtos didáticos ou educacionais a serem recebidos, o tipo “livro” figurava nela, e falar de um livro que contém livros pareceu um expediente que poderia levar à confusão. Hoje, vislumbramos como possível que a plataforma abrigue Livros Didáticos Públicos Colaborativos elaborados com os produtos da própria plataforma.

Ficou claro, ao elaborar essa plataforma educacional, que se tratava de um espaço para o trabalho conjunto e, ao mesmo tempo, uma alternativa docente ao movimento das organizações não governamentais que buscam ocupar espaço e orçamento na produção de material didático e na formação docente, bem como a negação de um trabalho alienado realizado sob a tutela de ferramentas algorítmicas que esvaziam completamente a responsabilidade e a liberdade docente. Frente ao uso das ferramentas de inteligência artificial, que criam condições artificiais de simular a inteligência dispensando o pensamento e a compreensão, é preciso elaborar tecnologias sociais onde o pensamento é revalorizado em sua dimensão coletiva. Frente à resposta “Ninguém ou poucos.” derivada da pergunta “Quem pensa?”, todos os docentes preferem ensaiar outra resposta: “Todos”.

Em razão disso, preferimos denominar esse produto não pelo seu conteúdo usando o nome de Repositório ou de Livro Didático Público do Ensino de Filosofia, mas em função de seus objetivos práticos usando o nome de Laboratório de Inteligências Coletivas (LIC), isto é, um lugar de labor e trabalho onde docentes e pesquisadores (sobretudo os de filosofia e de áreas conexas) elaboram coletivamente produtos didáticos e pedagógicos que propiciam modos de pensar e estar no mundo considerando a formação humana, a filosofia, o ensino de filosofia e as áreas transversais e obrigatórias da educação brasileira (educação para as relações étnico-raciais e para os direitos humanos). No entanto, mantivemos no subtítulo a expressão Curadoria de Produtos Educacionais para que fique claro o escopo do Laboratório e não esqueçamos de onde partimos.

Conclusão

A apresentação no GT - Filosofar e Ensinar a Filosofar teve não só o caráter de uma apresentação, mas igualmente o de um convite, característica que acreditamos ter negligenciado ao longo do texto, mas que é importante deixar explícito aqui neste momento. Convidamos todos os professores(as) e pesquisadores(as) do Brasil para juntar-se a esse projeto, não somente como usuários passivos (que apenas fazem uso dos produtos disponibilizados) ou como usuários ativos (que contribuem com produtos), mas como membros efetivos do Laboratório discutindo as suas estruturas e modos de funcionar e participando do corpo editorial. Pedimos a todos os interessados que entrem em contato pelo e-mail ppfen@cefet-rj.br do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino.

Gostaríamos de anunciar aqui o *link* de acesso ao LIC, mas infelizmente não é possível. Ainda que tenhamos uma versão beta, ela não foi espelhada na página do CEFET/RJ, o que deve ser realizado nas próximas semanas. Uma vez que a versão atual vai mudar de endereço, não faria sentido indicar o endereço dela atual, mas esperamos em breve divulgar o *link* massivamente.

Essa aventura de elaborar um repositório nos permitiu ver aquilo que no início do caminho estava muito distante e oculto. Para chegar a essa visão de conjunto mais clara, nos detivemos em alguns pontos que merecem ser enumerados para um posterior desenvolvimento. Elencamos nesta conclusão, na qualidade de frutos que estão amadurecendo e que ensejarão outros textos, alguns pontos que não foram suficientemente desenvolvidos e que precisariam de um espaço maior.

1- A importância de se vislumbrar alguns princípios norteadores sem os quais ficaria difícil a estruturação da plataforma e a sistematização dos produtos didáticos e educacionais. Dentre os princípios, citaremos, aqui, o de democratização da produção e do acesso aos produtos didáticos e educacionais dos professores e professoras de filosofia do Brasil, e o princípio de registro e publicização dos mesmos.

2- A valorização do trabalho docente desdobrado na importância da plataforma e de suas tipologias estarem adequadas às necessidades da escola e dos professores. Por isso, essa plataforma necessita de canais para a atenção e escuta contínua dos professores que realizam esse tipo de produção, como é o caso dos professores do ensino básico. Disso decorre que ela é, especialmente, uma plataforma voltada para a valorização do saber dos docentes da educação básica, aberta também para todos os docentes e pesquisadores da área.

3- Ensaier uma reflexão filosófica sobre a característica autoral destas produções ousando compará-las a obras filosóficas, com a mesma naturalidade que intitulamos alguns livros. Consideramos importante aproximar a noção de *produção* da noção de *criação*, muito cara à Arte, à Política e à Filosofia. Advertimos que esta reflexão está dando seus primeiros passos e que nesta fase o objetivo principal é ressignificar a noção de *produto* desvinculando seu sentido do contexto tecnicista tradicional.

4- A certificação de produtos/obras filosóficas implica na reflexão sobre os critérios que nos levarão a hierarquizar os produtos que serão passíveis de aprovação para a certificação e aqueles que não serão. A dificuldade maior não é chegarmos a uma conclusão temporária sobre os critérios mínimos no PPFEN, a dificuldade está em realizar isso no contexto do campo do Ensino de Filosofia. Para que isso ocorra, o Laboratório de Inteligências Coletivas deve auxiliar na discussão e aprofundamento da questão “Quais são os critérios mínimos para avaliarmos adequadamente (também filosoficamente) um produto didático-educacional ou uma obra pedagógica no âmbito do ensino de filosofia?”.

Referências

LINO, A. P. **Aprendendo a Escrever e Ensinando a Filosofar**. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ensino) Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino. Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, RJ, 2016.

PINTO, Felipe Gonçalves; PEREIRA, Taís Silva. Produtos educacionais de filosofia: a produção do mestrado profissional e seu contexto. **O que nos faz pensar** (PUCRJ), v. 28, p. 108-132, 2019.

PINTO, Felipe Gonçalves; PEREIRA, Taís Silva. **A produção educacional na Área de Filosofia. 2021**; Tema: Ensino de Filosofia e Produtos Educacionais. Disponível na Coluna ANPOF de 08/10/2021:
<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/pagina/22>. Acesso em: 1 maio 2024.

PPFEN. **Apresentação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino**. Página web PPFEN-DIPPG-CEFET/RJ. Disponível em:
<https://dippg.cefet-rj.br/ppfen/index.php/pt/>. Acesso em: 1 maio 2024.

PPFEN. **Normas do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino**. Página web PPFEN-DIPPG-CEFET/RJ. Disponível em:
<https://dippg.cefet-rj.br/ppfen/index.php/pt/>. Acesso em: 1 maio 2024.

Recebido em: 03/2024
Aprovado em: 05/2024